

PROCEDIMENTO:

AJUSTE DIRETO n.º DOM 22/2022

(De acordo com o disposto na alínea d) do artigo 19.º e do artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos)

**Construção de um parque infantil no jardim de infância de
Sendim**

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Dezembro de 2022

ÍNDICE

Artigo 1.º	Objeto do concurso	2
Artigo 2.º	Entidade adjudicante.....	2
Artigo 3.º	Órgão que tomou a decisão de contratar	2
Artigo 4.º	Fundamentação da Escolha do Procedimento.....	3
Artigo 5.º	Consulta e disponibilização das peças do procedimento.....	3
Artigo 6.º	Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento	4
Artigo 7.º	Órgão competente para prestar esclarecimentos	4
Artigo 8.º	Inspeção do local dos trabalhos	5
Artigo 9.º	Documentos e elementos que as propostas devem conter.....	6
Artigo 10.º	Idioma dos documentos da proposta.....	7
Artigo 11.º	Apresentação de propostas variantes.....	8
Artigo 12.º	Modo de apresentação das propostas.....	8
Artigo 13.º	Prazo para a apresentação das propostas.....	8
Artigo 14.º	Prazo da obrigação de manutenção das propostas	9
Artigo 15.º	Adjudicação no caso de apresentação de uma única proposta	9
Artigo 16.º	Documentos de habilitação a entregar pelo concorrente	9
Artigo 17.º	Causas de não adjudicação.....	10
Artigo 18.º	Caução	10
Artigo 19.º	Negociação	10
Artigo 20.º	Adjudicação por Lotes	10
Artigo 21.º	Gestor do Contrato.....	10
Artigo 22.º	Legislação aplicável	11
ANEXO I - Modelo de Declaração		12
ANEXO II - Modelo de Declaração		14
ANEXO III - Modelo de Proposta.....		15
Anexo IV – Modelo de Garantia Bancária/Seguro-Caução para garantia das obrigações do adjudicatário.....		16
Anexo V - Modelo de Depósito Caução		18

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

AJUSTE DIRETO NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO ARTIGO 19.º DO CCP

Artigo 1.º Objeto do concurso

1. O presente concurso tem por objeto a empreitada para **construção de um parque infantil no jardim de Infância de sendim** para o Município de Miranda do Douro, **de acordo com as cláusulas e especificações técnicas previstas no caderno de encargos anexo a este convite.**
2. O presente procedimento rege-se pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação. O procedimento de concurso, foi adotado, nos termos e de acordo com o previsto na alínea d) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos.
3. O vocabulário comum para os contratos públicos a que se refere o Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) nº 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias nº L 74, de 15 de março de 2008 é:
45212130-6 – Construção de parques de diversões.

Artigo 2.º Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o Município de Miranda do Douro, Largo D. João III- 5210-190 Miranda do Douro, com o telefone nº 273430020, fax nº 273431075 e o e-mail: geral@cm-mdouro.pt.

Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar

1. A decisão de contratar foi tomada por Despacho da Ex.ma Senhora Presidente da Câmara Municipal do dia 14/12/2022, ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 18.º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, conjugado pelas disposições previstas no n.º 1 do artigo 36.º da redação atual do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, tendo sido determinado o procedimento por Consulta Prévia, nos termos da alínea c) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Obra com o cabimento n.º 1682/2022.

Artigo 4.º Fundamentação da Escolha do Procedimento

A escolha do procedimento de ajuste direto para a formação do presente procedimento, baseia-se estritamente em critérios de valor, conforme alínea d) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 5.º Consulta e disponibilização das peças do procedimento

1 As peças do concurso, estão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt> disponibilizada pela empresa ACIN – Incloud Solutions, Lda.

2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e download das peças do procedimento. O Interessado apenas necessitará de possuir selos temporais e certificado de assinatura eletrónica qualificada aquando da submissão de uma comunicação ou submissão de proposta na plataforma.

Caso não esteja inscrito deverá aceder a "www.acingov.pt", selecione "Aderir" e preencha os dados da empresa e do utilizador associado. Assinale a opção "Li e aceito as Condições Gerais de Adesão". Ao formalizar a pré-inscrição receberá os emails necessários ao acesso à plataforma Acingov, no entanto só consegue consultar as peças do procedimento após validados por nós os documentos de adesão da sua empresa, devidamente assinados pelos representantes legais.

Mais informações através do número 707 451 451.

Caso já tenha o seu processo de adesão aprovado, bastará consultar o seu procedimento em "convites", acedendo ao pretendido. As peças concursais estarão disponíveis ao fundo da página, bem como no menu "Pedidos" poderá consultar as comunicações entre as entidades envolvidas.

3. O processo de concurso encontra-se patente na **Divisão de Obras Municipais** da Câmara Municipal, no Largo D. João III- 5210-190 Miranda do Douro, para consulta dos interessados, durante as horas de expediente (das 9:00 às 12:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas), desde o dia da publicação do respetivo anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 6.º Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento

1. No primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, devendo estes, ser solicitados por escrito, através da plataforma AcinGov na funcionalidade “Esclarecimentos”. No mesmo prazo os interessados devem apresentar á entidade adjudicante, através da plataforma AcinGov no menu “Pedidos” na funcionalidade “Lista de Erros e Omissões do caderno de encargos” utilizando a opção “Criar Pedido”, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos por eles detetados e que digam respeito a:

- a) Aspectos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestação estritamente necessária à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o concorrente não considere exequíveis;
- d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.

2. Os esclarecimentos a que se refere o n.º 1 do presente artigo serão prestados, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação acinGov, de acordo com o artigo n.º 50 do Código dos Contratos Públicos. A falta de resposta até esta data implicará a prorrogação do prazo para apresentação das propostas, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado de acordo com o artigo n.º 64 do Código dos Contratos Públicos.

3. O órgão competente para a decisão de contratar denuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, não sejam por ele expressamente aceites.

4. Os esclarecimentos prestados e das retificações de erros ou omissões efetuadas, juntar-se-á cópia às peças patentes em concurso, sendo a sua existência comunicada aos interessados.

Artigo 7.º Órgão competente para prestar esclarecimentos

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência dos serviços, representados pelo gestor de procedimento.



Artigo 8.º Inspeção do local dos trabalhos

1. Durante o prazo fixado para a entrega das propostas, os interessados poderão visitar o local da execução dos trabalhos e realizar os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração da proposta.
2. Para efeitos do número anterior, deverão efetuar o respetivo pedido, através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt> disponibilizada pela empresa ACIN – Incloud Solutions, Lda.
3. As visitas serão agendadas entre as 9hs e as 17hs, em dias úteis, e acompanhadas por um representante da entidade adjudicante.
4. Os interessados não poderão, em caso algum, invocar a ausência dos aludidos reconhecimentos ou estudos para condicionar a apresentação da sua proposta.
5. Independentemente das informações fornecidas nas peças patenteadas a concurso, entende-se que, com a apresentação da sua proposta a concurso, o concorrente teve conhecimento das condições de realização de todos os trabalhos referentes à empreitada, tendo procedido a todas as avaliações, indagações e medições para o efeito necessárias, tendo inclusivamente procedido à verificação das estruturas e dos equipamentos existentes e de todos os factos e circunstâncias relevantes para desenvolvimento de todos os trabalhos objeto do presente Concurso.
6. Os interessados que efetuarem os estudos e/ou reconhecimento referidos em 1, fazem-no por sua própria responsabilidade, sendo da sua responsabilidade o pagamento de eventuais indemnizações por prejuízos causados com os referidos trabalhos.
7. Os interessados deverão ter em consideração os diversos aspetos condicionantes ao desenvolvimento da obra, nomeadamente, as dificuldades que se poderão registar em termos de acesso ao local de trabalho, dos equipamentos, dos materiais e do espaço disponível para a instalação do estaleiro.
8. Os interessados deverão analisar cuidadosamente a eventual implicação dos trabalhos com a circulação rodoviária e pedonal. Deverão, nomeadamente, verificar da eventual necessidade de considerar desvios de tráfego provisórios, bem como a de garantir os fluxos da circulação rodoviária e pedonal existentes. Os eventuais restabelecimentos provisórios para desvios de tráfego rodoviário e pedonal deverão ser executados de acordo com a legislação aplicável e os



regulamentos municipais e ser submetidos à aprovação das entidades competentes. O seu custo considera-se incluído no preço contratual da empreitada.

9. Os interessados deverão ter em conta a necessidade de realização de trabalhos referentes aos serviços afetados, trabalhos estes cuja execução lhes poderá vir a ser solicitada, total ou parcialmente, de acordo com a decisão a tomar oportunamente pela Câmara Municipal de Miranda do Douro.

Artigo 9.º Documentos e elementos que as propostas devem conter

1. A proposta deve ser acompanhada de:

- a) De acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, o concorrente deverá apresentar Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante ao **Anexo I** do referido código, e que se anexa ao presente convite;
- b) Declaração de preço contratual com indicação de preço global proposto, com exclusão de IVA, expresso em euros, o qual deverá ser indicado em algarismos e por extenso, conforme especificado no **Anexo III** do presente convite (Modelo de Proposta); o valor do IVA, à taxa aplicável, deverá ser expresso em número e por extenso. A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes, nos termos do n.º 4 do artigo 57.º do CCP;
- c) Lista de preços unitários de todas as espécies de trabalhos previstas no projeto de execução;
- d) Plano de trabalhos:
 - I. Esquema de diagrama de faseamento da obra;
 - II. Plano de equipamentos;
 - III. Plano de mão de obra;
 - IV. Plano de pagamentos com um cronograma financeiro contendo um resumo dos valores globais correspondentes à periodicidade definida para os pagamentos conforme alínea c) do n.º 2 do artigo 57.º do CCP.
- e) Memória descritiva e justificativa do modo de execução da obra, indicando também a organização prevista para a execução dos trabalhos, bem como a descrição dos métodos construtivos a aplicar e os aspetos técnicos ou outros que sejam

considerados essenciais à execução da empreitada. Nesta memória, o Concorrente especificará os aspetos técnicos que considere essenciais na sua proposta e cuja rejeição implicaria a sua ineficácia.

- f) Documento demonstrativo da estrutura de custos do trabalho necessário à execução do contrato a celebrar, nos termos do artigo 57.º-A do CCP.
 - g) Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para o efeito.
2. Na declaração de preço contratual, referida na alínea b) do número 1, o Concorrente deve cumprir o disposto no artigo 60.º, do CCP., indicando nomeadamente os preços parciais dos trabalhos que se propõe executar correspondentes às habilitações contidas nos alvarás ou nos certificados de empreiteiro de obras públicas, ou nas declarações emitidas pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P., nos termos da portaria referida no n.º 2 do artigo 81.º do CCP;
3. O disposto no número anterior é aplicável aos Agrupamentos Concorrentes, devendo estes, para o efeito, indicar na proposta, os preços parciais dos trabalhos que se propõem executar correspondentes às habilitações contidas nos alvarás ou nos certificados de empreiteiro de obras públicas, ou nas declarações emitidas pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P., nos termos da portaria referida no n.º 2 do artigo 81.º do CCP;
4. Todos os documentos de proposta deverão ser assinados pelo representante legal do concorrente.
5. Não é admitida a apresentação de propostas com alterações de cláusulas do caderno de encargos.
6. Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deverá ser previamente requerida pelos interessados, nos termos do artigo 66.º do CCP.

Artigo 10.º Idioma dos documentos da proposta

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

Artigo 11.º Apresentação de propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 12.º Modo de apresentação das propostas

1. A apresentação da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizado exclusivamente de forma eletrónica, devendo cumprir o disposto nos pontos seguintes.
2. A entrega da proposta do presente concurso será efetuada através da plataforma de contratação pública acessível no sítio eletrónico www.acingov.pt, disponibilizada pela empresa ACIN Icloud Solution, Lda.
3. A proposta deverá ser carregada e submetida de acordo com o manual de elaboração de proposta, constante da opção “Manuais e documentação de apoio”, no menu principal “Ajuda”.
4. Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as propostas devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, de acordo com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 agosto. De acordo com o artigo 68.º da mesma lei, os mesmos devem ser assinados antes do carregamento na plataforma eletrónica Acingov.
5. Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança.
6. Nos casos em que o certificado utilizado não relacione o assinante com a sua função e poder de assinatura como sucede, por exemplo, com o Cartão de Cidadão, deve a entidade interessada submeter a certidão permanente da empresa e, se for o caso procuração dando poderes de representação a quem assina os documentos.

Artigo 13.º Prazo para a apresentação das propostas

1. As propostas podem ser apresentadas até às **17:00 horas do 21.º dia** a contar da data do envio do presente convite.
2. O disposto no número anterior não prejudica uma eventual prorrogação do prazo de apresentação das propostas resultante da verificação da situação prevista no artigo seguinte, bem como a sua prorrogação nas condições previstas no artigo 64.º do CCP.

Artigo 14.º Prazo da obrigação de manutenção das propostas

O prazo da obrigação da manutenção das propostas é de 66 dias úteis a contar do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

Artigo 15.º Adjudicação no caso de apresentação de uma única proposta

1. Quando tenha sido apresentada uma única proposta, compete aos serviços da entidade adjudicante pedir esclarecimentos sobre a mesma e submeter o projeto da decisão de adjudicação ao órgão competente para a decisão de contratar.
2. No caso previsto no número anterior, não há lugar às fases de negociação e de audiência prévia, nem à elaboração dos relatórios preliminar e final, podendo, porém, o concorrente ser convidado a melhorar a sua proposta.

Artigo 16.º Documentos de habilitação a entregar pelo concorrente

1. O adjudicatário deve entregar, no prazo de **5 dias** a contar da notificação da decisão de adjudicação:
 - a. Declaração emitida nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, em conformidade com o **Anexo III** ao presente Convite;
 - b. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
 - c. Documento comprovativo da titularidade de alvará ou certificado de empreiteiro de obras públicas, emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção, I.P., cuja comprovação da validade será aferida pelos serviços da entidade adjudicante, através da consulta na página da internet www.impic.pt, contendo as seguintes habilitações:
 - i. A 10.ª subcategoria da 2.ª categoria a qual tem de ser de classe que cubra o valor global da proposta, na classe correspondente ao valor a que diz respeito;
 - d. Registo Central Efetivo (RCBE), caso aplicável;
 - e. Certidão do Registo Comercial, atualizada ou código de acesso da certidão permanente para consulta no portal da empresa;
2. Os documentos de habilitação serão apresentados de modo idêntico ao da apresentação da proposta.

3. O Adjudicatário dispõe do prazo de 2 dias para supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86º do mesmo dispositivo legal.

Artigo 17.º Causas de não adjudicação

1. Não há lugar a adjudicação quando:

- a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
- b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação de propostas;
- d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativos aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem;

2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.

3. A decisão de não adjudicação determina a revogação da decisão de contratar.

Artigo 18.º Caução

Nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, não será exigida a prestação de caução, contudo, poderá a Câmara Municipal, se o considerar conveniente, proceder à retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar nos termos do n.º 2 e 3 do mesmo artigo.

Artigo 19.º Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Artigo 20.º Adjudicação por Lotes

Não aplicável.

Artigo 21.º Gestor do Contrato

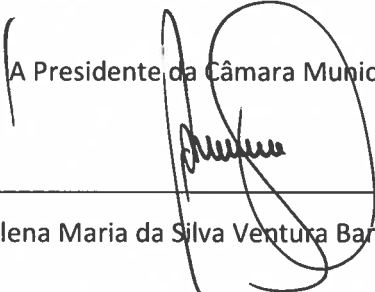
Nos termos e para os efeitos previstos no disposto no artigo 290º-A do CCP, a entidade adjudicante designará um gestor do contrato, com a função de acompanhar a execução deste.

Artigo 22.º Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

Miranda do Douro, 14 de dezembro de 2022

A Presidente da Câmara Municipal



(Helena Maria da Silva Ventura Barril, Dra.)

ANEXO I - Modelo de Declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2. Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos

comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data), [assinatura (4)]

(1). Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3). Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4). Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II - Modelo de Declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2. O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data), [assinatura (5)]

(1). Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3). Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III - Modelo de Proposta

_____ (denominação e sede e número de pessoa coletiva da entidade),
depois de ter tido conhecimento do objeto do procedimento de Consulta Prévia para obriga-se a
executar todos os trabalhos que constituem a empreitada de _____, no prazo
de execução de _____ em conformidade com o caderno de encargos, pelo preço contratual
de _____ Euros(_____ Euros), nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do
Código dos contratos públicos, o qual não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

À quantia supra mencionada incidirá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que no preço contratual acima indicado estão incluídos todos os suprimentos de erros
e omissões que tenham sido identificados e depois aceites pela, Câmara Municipal de Miranda Do
Douro, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos.

Mais se declara que nos obrigamos a manter todas e quaisquer condições da respetiva proposta pelo
prazo de 66 (sessenta e seis) dias úteis, contados da data do termo do prazo fixado para a
apresentação das propostas.

À quantia supra, acrescerá o IVA à taxa legal em vigor.

À presente proposta aplica-se a regra da inversão do sujeito passivo de IVA, ao abrigo da alínea
j) do n.º 1 do artigo 2.º do CIVA, nos trabalhos que se enquadrarem dentro da referida
definição.

_____ (local), _____ (data),

(assinatura)

(1) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP

Anexo IV – Modelo de Garantia Bancária/Seguro-Caução para garantia das obrigações do adjudicatário

(n.º 5 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos)

Garantia Bancária/Seguro-Caução N.º _____

Em nome e a pedido de (1) _____, vem a (a) (2) _____ pelo presente documento, prestar, a favor do Município de Miranda do Douro, uma garantia bancária/seguro-caução (3), até ao montante de _____ € (4) _____ (valor por extenso), destinado a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo (s) garantido (s) no âmbito do processo relativo à adjudicação do (5) _____ nos termos e para efeitos previstos nos artigos 88.º a 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do valor total da adjudicação acima mencionada e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (6) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do (s) garantido (s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

_____ (7), ____ de _____ de _____

Assinatura, _____

(1) – Identificação completa do Adjudicatário;

-
- (2) – Identificação completa da Instituição que garante;
 - (3) – Eliminar o que não interessa;
 - (4) – O valor deve corresponder a 5% do total da adjudicação, com exclusão do IVA;
 - (5) – Designação do contrato;
 - (6) – Eliminar o que não interessa;



Anexo V - Modelo de Depósito Caução

Guia de Entrega

(Local) _____, (data) _____, _____

_____ (nome) com o NIPC _____, vai depositar na/o _____ (Entidade Bancária), a partir da sua conta de _____ (tipo de conta) com o número _____ da Agência de _____ (local), a importância de _____ € (valor da caução).

Este depósito destina-se à constituição de caução de 5% do valor do contrato, relativo ao procedimento por _____ (tipo de procedimento) com a referência n.º _____ (Ref.ª) referente à aquisição de _____ (objeto).

O referido depósito fica à ordem do Município de Miranda do Douro, com o NIPC 506806898, com sede no Largo D. João III, 5310-252 Miranda do Douro.

Assinatura